



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato de prestação de serviços de apoio operacional na realização das Eleições 2022, que entre si celebram a União, representada neste ato pelo Tribunal Regional Eleitoral/MS e a empresa XXXX.

Pelo presente instrumento a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Bairro XXXXX, CEP XXXXX, <cidade/Estado>, Telefone: (xx) XXXXX, e-mail: [XXXXXX](#), representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXX**, <qualificação>, portador da Carteira de Identidade n. XXXSSP/MS, e do CPF/MF n. XXXXX, doravante denominado apenas por Contratada, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. XXX/2022 - Processo Administrativo SEI n.º 0006103-08.2021.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n. 10.520/2012, Decreto n.º 10.024/2019, Resolução TSE n.º 23.234/2010, e subsidiariamente pela Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOG e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio administrativo na área de Tecnologia da Informação, mediante recrutamento prévio e fornecimento de mão-de-obra terceirizada para apoiar a preparação e a operacionalização do pleito eleitoral 2022, estando incluída a alocação, gestão e execução de serviços que serão exercidos por profissionais com os seguintes conhecimentos:

1.1.1. AUXILIAR DE ELEIÇÃO: 210 (duzentos e dez) postos de trabalho lotados por profissionais com conhecimento em tecnologia da informação, para emprego nas unidades da Justiça Eleitoral da capital e do interior do Estado do Mato Grosso do Sul.

1.1.2. SUPERVISOR: 2 (dois) postos de trabalho lotados por profissionais com conhecimento em supervisão e gerenciamento de equipes de forma a garantir a parte da demanda consistente na gestão dos de postos de trabalho de Auxiliar de Eleição, sendo necessário conhecimentos básicos de informática.

1.2. Os profissionais terão como perfil de conhecimento e área de atuação básica equivalente ao de um Técnico de Informática, de acordo com a convenção Coletiva de Trabalho firmada entre a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo e o Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3. A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.4. Os serviços serão prestados em estrita obediência a este Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência – Anexo I;
- b) Anexo IV – Planilha de custos e formação de preços e proposta detalhada;
- c) Anexo V – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União – vedação de participação de cooperativas de mão-de-obra;
- d) Anexo VI – Termo de Acordo com instituição bancária oficial para abertura e manutenção conta-depósito vinculada e
- e) Anexo VIII - Código de Ética do TRE/MS.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato será através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo pagos valores correspondente à prestação regular dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução dos serviços proceder-se-á conforme conceitos, definições e descrição da execução dos serviços, do Termo de Referência (Anexo-I), parte integrante deste contrato, mormente quanto aos Capítulos:

- a) CAPÍTULO IV - QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS e LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- b) CAPÍTULO V - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- c) CAPÍTULO VI - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA E ATIVIDADES PREVISTAS - POSTO DE AUXILIAR DE ELEIÇÃO;
- d) CAPÍTULO VII - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA E ATIVIDADES PREVISTAS - POSTO DE SUPERVISOR ;
- e) CAPÍTULO VIII - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES DE ELEIÇÃO E DE SUPERVISORES;
- f) CAPÍTULO IX - JORNADA DE TRABALHO;
- g) CAPÍTULO X - REGISTRO DE FREQUÊNCIA DAS JORNADAS DE TRABALHO;
- h) CAPÍTULO XI - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS;
- i) CAPÍTULO XIII - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO (Horas-extras);
- j) CAPÍTULO XIV – DESLOCAMENTOS;
- k) CAPÍTULO XV –DIÁRIAS; e

I) CAPÍTULO XVI – TREINAMENTO DOS PROFISSIONAIS.

3.1.1. O Termo de Referência dos serviços é o instrumento que fixa todas as condições que disciplinarão o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. Os prazos relativos à **execução** dos serviços estão definidos no Termo de Referência (Anexo-I), momermente no item B - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2. Os prazos para **apresentação de documentação relativa aos Postos de Auxiliar de Eleição** estão dispostos no CAPÍTULO VI - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA E ATIVIDADES PREVISTAS - POSTO DE AUXILIAR DE ELEIÇÃO.

4.3. Os prazos para **apresentação de documentação relativa aos Postos de Auxiliar de Eleição** estão dispostos no CAPÍTULO VII - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA E ATIVIDADES PREVISTAS - POSTO DE SUPERVISOR.

4.4. Os prazos quanto ao **pagamento** dos serviços estão previstos no **CAPÍTULO XVIII - PAGAMENTO, NOTA FISCAL/FATURA e DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS** do Termo de Referência.

4.5. O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, a contar da data da última assinatura do contrato, podendo ser resolvido antes desse prazo, quando houver total execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

5.1.1 A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária.

5.1.1.1) Havendo a opção pela modalidade de **caução em dinheiro**, o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

5.1.1.2) A garantia oferecida através da modalidade de **fiança bancária** somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

- a) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

b) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 837 da Lei 10.406 (Código Civil).

5.1.1.3) A garantia oferecida na modalidade de **caução em títulos da dívida pública**, somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.1.1.4) A garantia prestada na modalidade de **seguro-garantia** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

5.2 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR À CONTRATANTE, GARANTIA EM QUALQUER UMA DAS MODALIDADES ACIMA DESCRITAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO E DEVERÁ TER VALIDADE DE 3 (TRÊS) MESES APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, SOB PENA DE MULTA PREVISTA NA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

5.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

5.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

5.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 5.2.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

5.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

5.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Sexta.

5.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual, estando autorizada a Administração a proceder conforme item 5.2.2 supra.

5.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

5.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

5.4.1 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 5.4.

5.4.2 A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

5.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato (comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada), caso não haja sido utilizada nos termos do item 5.4 desta Cláusula.

5.5.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

5.6. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias, após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

5.7. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 5.7.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total do presente Contrato, para a execução dos serviços é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

7.2. Os valores detalhados dos serviços são os descritos na tabela abaixo:

| ITEM | Descrição dos serviços / categoria profissional vinculada | Quantidade de postos de serviços | Valor mensal por posto de serviço | Valor total mensal dos postos de serviços | Período da contratação (meses) | Valor total dos postos de serviço |
|------|---|----------------------------------|-----------------------------------|---|--------------------------------|-----------------------------------|
| | | (A) | (B) | (C) = (A) x (B) | (D) | (E) = (C) x (D) |
| 1.a | Auxiliar de apoio às Eleições – Grupo 1 | 210 | | | | |
| 1.b | Supervisor de Auxiliar de apoio às Eleições | 2 | | | | |
| | | | | | | |
| | VALOR TOTAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS | | | | | |
| | | | | | | |
| ITEM | Descrição | | | | | Valor total estimado (R\$) |
| 1.c | Valor total das diárias | | | | | |
| 1.d | Valor total das horas extras de Auxiliares | | | | | |
| 1.e | Valor total das horas extras de Supervisores | | | | | |
| 1.f | Valor total dos deslocamentos | | | | | |
| 1.g | Valor total de lanche a serem fornecidos nos treinamento | | | | | |
| 1.h | Despesas Eventuais | | | | | |
| | VALOR GLOBAL | | | | | |

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE, DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

8.1. DO REAJUSTE: De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.1.1. A contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.2. DO REEQUILIBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a qualquer tempo, os preços contratados poderão ser revistos.

8.3 A revisão dos preços poderá ser iniciada:

I – pela contratante, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou

II - pela contratada, mediante solicitação à contratante, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio econômico-financeiro e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio do contrato; e
- b) cópia autenticada em cartório ou original da(s) Nota(s) Fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

8.4. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

8.5. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

8.6. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada.

8.7. Enquanto não ocorrer à revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

8.8. DA REPACTUAÇÃO: Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, salvo a repactuação de preços decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho – ACT da categoria, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da última CCT ou ACT.

8.8.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação da proposta de preços da contratada;

II - da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

8.8.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

8.9. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

8.9.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e neste contrato.

8.10. A solicitação de repactuação somente será deferida, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - as particularidades deste contrato;

III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

8.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias, contado o prazo a partir da solicitação da contratada e da entrega comprovantes de variação dos custos.

8.12. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

8.13. O prazo referido no item 8.11. acima, ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

8.14. Na superveniência de prorrogação da vigência deste contrato, em que não seja ressalvada expressamente o direito a que se refere o item 8.8. acima, operará a preclusão do direito a repactuação.

8.15. A contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

8.16. O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. As disposições quanto ao pagamento estão dispostos no **CAPÍTULO XVIII - PAGAMENTO, NOTA FISCAL/FATURA e DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

10.1. Em conformidade com as disposições da Resolução nº 169 de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre os encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário, vigorará o que segue:

10.1.1. Os valores das provisões referentes a encargos trabalhistas, relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário sejam deduzidas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços e depositadas exclusivamente em banco público oficial, em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal Eleitoral.

10.1.1.1. A conta bancária deverá obrigatoriamente ser aberta na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agência 1310 - PAB TJ/MS, localizada no prédio do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (Av. Mato Grosso - Bloco 13 - Parque dos Poderes - 79031-902 - Campo Grande - MS), em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica especialmente firmado para essa finalidade, conforme Anexo VII do Pregão xx/2022.

10.1.2. A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta depósito vinculada serão providenciadas por servidor previamente designado pelo TRE/MS.

10.1.3. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

10.1.4. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das provisões trabalhistas (férias, 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário).

10.1.5. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal Eleitoral e a contratada será sucedida dos seguintes atos:

I – solicitação pelo Tribunal Eleitoral, mediante ofício, endereçado ao banco público para abertura de conta vinculada - bloqueada para movimentação -, no nome da empresa;

II – assinatura, pela empresa contratada, no prazo de vinte dias, a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada e de termo específico do banco público que permita ao tribunal eleitoral ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do respectivo tribunal.

10.1.6. Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal, que deverá expedir ofício ao banco público oficial.

10.1.7. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação- serão remunerados na forma e pelos índices aplicados à poupança para pessoas jurídicas.

10.1.8. Os valores referentes às rubricas serão destacados do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra.

10.1.9. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e contrato, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes, bem como a autorização para

movimentar a conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, serão efetuados, no âmbito do TRE/MS, pelo o setor de Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, cabendo ao setor de execução orçamentária ou ao setor financeiro conferir a aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e realizar as demais verificações pertinentes.

10.1.10. A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal, devendo ser instruída com toda documentação probatória, a qual será protocolizada, para os devidos efeitos legais, para:

I - resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 10.1.1, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados;

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 10.1.1;

10.1.10.1. Para resgatar os recursos da conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, conforme previsto no inciso I deste item, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 10.1.1.

10.1.10.2. O TRE/MS, por meio da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I deste item, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

10.1.10.3. No caso do inciso II deste item, o TRE/MS solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

10.1.11. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

10.1.11.1. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a empresa contratada poderá adotar um dos procedimentos indicados no item 10.1.10., devendo apresentar ao Tribunal ou ao Conselho, na situação consignada no inciso II do referido item, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

10.1.11.2. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

10.1.11.3. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

10.1.11.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. As disposições referentes os direitos e deveres do Contratante estão no CAPÍTULO XXI – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. As disposições referentes às obrigações e responsabilidade da Contratada estão no CAPÍTULO XX - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

12.2. Além das disposições contidas no Termo de Referência, é obrigação da contratada:

12.2.1. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

12.2.2. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

12.2.3. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

12.2.4. Arcar com os custos de seleção e recrutamento de seus funcionários, bem como com as despesas com remessa de materiais e documentos, tais como: CTPS, comprovante de recebimento de vale transporte, holerites, folhas de frequência, não cabendo à fiscalização intermediar qualquer tratativa entre a contratada e seus empregados.

12.2.5. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia prevista neste Termo, assim como seus eventuais reforços.

12.2.6. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

12.2.7. Autorizar a dedução do valor das multas aplicadas pelo TRE/MS dos valores devidos pelos serviços prestados.

12.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A gestão da prestação dos serviços objeto desta contratação realizar-se-á pela administração deste Tribunal em conjunto com os Cartórios Eleitorais, em conformidade com o art. 2º, inciso XII da Res. TSE nº 23.234/2010 e suas alterações, e se dará na forma prevista no art. 29 da mesma.

13.2. As disposições pormenorizadas quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços estão dispostas no **CAPÍTULO XVII – ACOMPANHAMENTO e FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

14.1 A contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de aplicação de penalidades.

14.1.1 A contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

15.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) **Unilateral**, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, mediante comunicação prévia de 15 (quinze) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo;

c) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93.

d) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

15.3. No caso de rescisão motivada pelo inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

15.3. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

15.4. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

16.2. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

16.3. Será aplicada MULTA, nos seguintes casos:

- a) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso nos serviços ou no fornecimento de materiais**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- b) de **0,2%** (dois décimos por cento) por dia de **atraso na apresentação da garantia contratual ou do seu reforço**, incidente sobre o valor total do contrato;
- c) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por **falta de pagamento de salários ou benefícios** aos funcionários contratado, por ocorrência, no prazo estabelecido pela legislação vigente;
- d) de **0,05%** (meio décimo por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, devido a **falha na comunicação** entre a contratada e o TRE/MS, decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico;
- e) de **1%** (um por cento) sobre o valor total do contrato por **falta ou atraso na abertura de conta vinculada**;
- f) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo** que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- g) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e do encaminhamento do documento fiscal hábil** (nota fiscal) para pagamento;
- h) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, **por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou do Termo de Referência, que não esteja especificada nas outras alíneas deste item, por ocorrência**;
- i) **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada leve o Contratante a **rescindir o contrato**, ou por **deixar de cumprir definitivamente com obrigação** constante neste contrato, podendo ser cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

16.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

16.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

16.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 16.3.2 e 16.3.3 abaixo;

16.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

16.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

16.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

16.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

16.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

16.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

16.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

16.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

16.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 16.5.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

18.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

18.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

18.5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

18.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

18.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

18.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

18.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

18.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

18.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

18.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DOS FUNDAMENTOS

19.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição e subsidiariamente, pela Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG.

19.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

19.3. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

20.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

20.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo, para um só efeito.

Campo Grande/MS, xx de xxxxxx de xxxx.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 23/05/2022, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1211041** e o código CRC **AA83D3D9**.